

FACULDADE UNINA
GEISA DA SILVA ANDRADE

PROJETO DE APLICAÇÃO
Intervenções práticas no interior da escola: contribuições para
estudantes e/ou professores.

TAPAUÁ
2023

1 DADOS DO ESTUDANTE

Nome completo: Geisa da Silva Andrade

Cidade: Tapauá

Estado: Amazonas

Curso: Licenciatura em História

2 Linha Geral dos projetos: Intervenções práticas no interior da escola: contribuições para estudantes e/ou professores.

3 TEMA DO PAP

A Intolerância Religiosa na Escola: Religiões de Matriz Africana.

4 SITUAÇÃO-PROBLEMA

Na realização do Estágio Supervisionado obrigatório, em uma Escola da rede Estadual de Ensino na cidade de Manaus capital do Amazonas, enquanto auxiliava a professora titular da disciplina de História, mulher negra, ativista dos Direitos das Mulheres Negras e praticante de Religiões de Matriz Africana, pude observar o afastamento, de algumas pessoas como professores e alunos, dessa professora.

A professora, gosta de usar blusas com estampas que representam sua religião, assim também como pulseiras, colares e outros adereços que a identifica como praticante de religiões de Matriz Africana. Em determinada ocasião, pude perceber que alguns professores e professoras e alunos, desviando o caminho para não ter contato com a professora e olhar de “medo” bastante expressivo, característica comum de pessoas com atitudes de intolerância religiosa.

Neste sentido, é importante que se promova ações, que envolvam os professores, professoras, alunos e alunas, no sentido de combater a intolerância religiosa na escola,

estabelecendo um convívio saudável, a fim de evitar conflitos que possam levar a violência física, e a desqualificação do outro simplesmente por professar uma fé diferente.

5 JUSTIFICATIVAS

Pessoal: Como o Brasil é um país de cultura riquíssima e a cultura africana está intrinsicamente ligada à nossa, exercendo influência em vários aspectos, como na música, na culinária e fortemente na religião. Nesse sentido, é importante falar a respeito da intolerância religiosa, uma vez que religiões de matriz africana tem sido alvo de intensa discriminação e preconceito, portanto, trabalhar a questão da intolerância religiosa na escola é de suma importância, pois nesse ambiente circulam pessoas das mais diferentes possíveis, seja na cor, na raça, no gênero e na religião principalmente e isso pode gerar conflitos, atos discriminatórios, racistas e segregação das minorias.

Teórica: A intolerância é umas das expressões da violência – entendida como a ruptura das relações harmoniosas, justas e fundamentadas no diálogo e no respeito a outro. E por ser uma das formas da violência, há que se interpelar sobre suas implicações e as exigências para que a real tolerância seja efetivada, sobretudo nos meios escolares e ou/acadêmicos. (SAMPAIO, 2009)

Prática: Trazer para o campo da discussão e do debate a Intolerância Religiosa contra Religiões de Matriz Africana, apresentando estratégias que possam contribuir de forma efetiva, promovendo o acesso à informação para combater a discriminação, o racismo e toda forma de preconceito contra pessoas que professam uma fé diferente das de outras pessoas. Desta forma, espera-se que a escola possa ser um ambiente realmente democrático, onde todos possam expressar sua fé livres de qualquer constrangimento, desrespeito e intolerância.

6 OBJETIVOS

Propor ações que possam combater o preconceito e a discriminação contra Religiões de Matriz Africana, entre os estudantes do ensino médio e entre professores, em uma Escola Estadual na cidade de Manaus capital do Estado do Amazonas.

Específicos:

- I. Realizar debate com os discentes com intuito de saber o que eles sabem ou não sabem a respeito de Religiões de Matriz Africana.
- II. Dialogar com os professores sobre possíveis soluções para o enfrentamento da intolerância religiosa na escola.
- III. Elaborar um folder com informações em defesa da liberdade de crença e contra a intolerância religiosa.

7 REVISÃO DE LITERATURA

O Brasil é um país formado por uma grande diversidade de raças e etnias, toda essa miscigenação contribuiu para que a população brasileira fosse essa mistura de cores, gênero, tradições e costumes, que fazem esse país ser tão rico culturalmente. O povo brasileiro recebeu e absorveu muito da cultura africana trazida através dos povos escravizados que foram arrancados de sua pátria para serem utilizados como mão-de-obra nas lavouras de açúcar e café, na extração de ouro e também em todo os serviços domésticos da “casa grande”.

Uma das heranças culturais herdadas dos povos escravizados, foram as Religiões de Matriz Africana, no entanto, essas religiões são marginalizadas, desrespeitadas, demonizadas e inferiorizadas perante o cenário religioso no Brasil, ficando mais que evidente o fenômeno da intolerância religiosa em todos os segmentos da sociedade, que estas Religiões de Matriz Africana enfrentam.

De acordo com Neta (2022), a intolerância religiosa é um tipo de preconceito contra a crença de um grupo religioso, e, no Brasil, é mais recorrente com as religiões de matriz africana. Essa intolerância acontece na forma de difamação, demonização contra o exu, exclusão social, destruição de templos, propriedades,

símbolos e imagens. As pessoas destas religiões se sentem acudadas ao praticarem sua fé.

A vista disso, todo esse preconceito e intolerância contra religiões de matriz africana em nossa sociedade tem reflexos também dentro da comunidade escolar. Sabe-se que o espaço escolar é um lugar onde pessoas de diferentes origens, situação econômica e social, gênero, orientação sexual e crenças, dividem o mesmo espaço de convivência, portanto, é essencial que no ambiente escolar, se possa trabalhar a questão da intolerância religiosa contra religiões de matriz africana, uma vez que a intolerância gera violência e essa situação somente poderá ser combatida através do diálogo e respeito a fé do outro.

É bem sabido que na escola de modo geral, ainda não há espaço para se falar de religiões de matriz africana, mesmo com o advento da Lei nº 10.639, de janeiro de 2003, sancionada pelo então presente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu art. 26-A diz que:

§1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003).

Destarte, fica evidenciado que esta lei vem sendo negligenciada dentro das instituições de ensino por todo o país, falar sobre religiões de matriz africana é quase um tabu, não cabendo dentro dos muros da escola, encontrando resistência por todos os lados, inclusive por parte dos professores que professam uma fé diferente e também muita resistência por parte dos alunos em lidar com o diferente, com aquilo que ele (discente) não está habituado, e essas atitudes geram consequências para toda a vida.

Segundo Caputo (2012), uma das consequências mais perversas do preconceito é que ele se neutraliza, ou seja, passa a ser visto como normal tanto para quem promove como para suas vítimas. Só que as consequências de dor, frustração e baixa autoestima ficam com os vitimizadores (CAPUTO, 2012, p. 244).

Portanto, é essencial que a escola como lugar de formação de cidadãos conscientes e preparados para o convívio em sociedade, combata em sua origem a questão da intolerância religiosa, que tanto professores como alunos, possam aprender através do diálogo e do respeito que independente da fé que o outro professa todos tem direitos constitucionais resguardados pela Constituição e que se pode conviver harmoniosamente sem estigmatizar o outro. Desta forma:

A escola é retratada como um ambiente de socialização, que acolhe em seu interior indivíduos de diversas origens, classes e religiões, também sendo um ambiente de encontros, formação e reafirmação de personalidades. Portanto, o processo educacional que circula no ambiente escolar deve privilegiar uma educação que valorize a pluralidade de identidades. Todavia, se a escola, ao contrário disso, se apresenta de forma hostil à carga étnico-cultural de determinado grupo ou indivíduo, ela contribui para o silenciamento e autonegação identitária. (SOUZA; SOUSA, 2021).

Portanto, a intolerância religiosa em relação a religiões de matriz africana pode e deve ser combatida na escola, pois a falta de conhecimento gera práticas intolerantes que deixam cicatrizes profundadas nas vítimas que por muitas vezes precisam se silenciar e esconder sua fé no intuito de serem aceitas na sociedade.

8 ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

- I. Realizar debate com os discentes com intuito de saber o que eles sabem ou não sabem a respeito de Religiões de Matriz Africana.

Estratégia de ação 1:

Para desenvolver essa primeira estratégia de ação, será realizado um debate em forma de roda de conversa. As cadeiras serão postas em círculos para melhorar a participação dos alunos no debate e favorecer a mediação durante essa conversa. Neste debate os alunos serão questionados sobre algumas questões que estão relacionadas a intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. No decorrer do debate as respostas dadas pelos alunos assim como os comentários serão devidamente anotadas

e/ou gravadas, para que todo o material produzido possa ser devidamente utilizado na próxima etapa. Esse encontro terá duração de 50 minutos e será realizado durante uma aula da disciplina de História na própria escola, para melhor aproveitamento deste momento de conhecimento, descobrimento, questionamentos e aprendizagem.

- II. Dialogar com os professores sobre possíveis soluções para o enfrentamento da intolerância religiosa na escola.

Estratégia de ação 2:

Neste segundo momento, será proposta uma conversa com os professores a respeito da intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. Será comunicado, antecipadamente à direção da escola para ser reservado um momento para esse encontro com todos os professores. Durante esse encontro alguns questionamentos sobre intolerância religiosa serão levantados e devidamente anotados e/ou gravados. Assim, como possíveis soluções para o enfrentamento da intolerância religiosa na escola. Esse encontro terá duração de 60 minutos e será realizado na própria escola com todos os professores independente da disciplina que ministram.

- III. Elaborar um folder com informações em defesa da liberdade de crença e contra a intolerância religiosa.

Estratégia de ação 3:

Depois de realizar as coletas de informações, que foram feitas nas etapas anteriores (alunos e professores), será feito o levantamento de todas as informações relevantes e possíveis dúvidas surgidas sobre religiões de matriz africana. Desta forma se dará início ao processo de produção de um folder informativo produzido com base nas informações coletadas e outras que serão escolhidas por mim, que julgo serem importantes no

combate a intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. Esse folder informativo será digitado e terá em seu conteúdo algumas imagens relacionadas ao tema para melhor ilustrar o que está sendo debatido na escola. Quando o material estiver pronto, a direção da escola será contatada para distribuição do folder para alunos e professores participantes da intervenção.

9 CRONOGRAMA

Atividade	Maio	Maio	Junho
Estratégia de ação 1	X		
Estratégia de ação 2		X	
Estratégia de ação 3			X

10 RECURSOS

Atividade	Recursos
Estratégia de ação 1	Caderno; Canetas (azul/vermelha); celular para gravação.
Estratégia de ação 2	Caderno para anotação; Canetas (azul e vermelha); gravador de voz ou aparelho de celular que possua função de gravação.

Estratégia de ação 3	Produção dos folders suficientes para serem distribuídos individualmente para professores e estudantes participantes da intervenção. Computador com editor de textos Microsoft Word; folhas de papel A4; impressora e canetas marca texto.
----------------------	--

11 RESULTADOS ESPERADOS

Objetivo Geral: Propor ações que possam combater o preconceito e a discriminação contra Religiões de Matriz Africana, entre os estudantes das primeiras séries do ensino médio e entre professores, em uma Escola Estadual na cidade de Manaus capital do Estado do Amazonas.

A falta de conhecimento em relação as religiões de matriz africana, ainda é uma das colunas que sustentam todas essas práticas intolerantes contra pessoas que professam essa fé.

Portanto, o que se pretende com o desenvolvimento desta intervenção é que ao final dos debates e rodas de conversas com alunos e professores, a comunidade escolar tenha compreendido que em uma sociedade democrática não cabe mais a intolerância religiosa, que as religiões de matriz africana fazem parte da cultura brasileira e da diversidade religiosa desse país, que representam a ancestralidade de um povo.

Que a escola seja um espaço onde o respeito e a tolerância a religiões de matriz africana andem de mãos dadas, que as manifestações e discriminação sejam substituídas por práticas de convivência da diversidade, uma vez que toda religião é abalizadamente social, ou seja, criada através de grupos sociais, e que a escola se torne o reflexo da sociedade em que vivemos, livre de toda forma de preconceito e discriminação contra religiões de matriz africana.

BRASIL, LEI 10.639/03. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm Acesso em: 20 Março de 2023.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros e como a escola se relaciona com as crianças do candomblé.** Rio de Janeiro, 2012.

SAMPAIO, Giselma. **Intolerância religiosa nos espaços escolares.** Monografia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

NETA, Isaura Alves Coutinho. **O papel da educação no combate à intolerância contra as religiões de matriz africana nas escolas,** 2022.

SOUZA, Laura Maria Moraes de; SOUSA, Ryta de Kassya de Avelar. **O papel da escola na desconstrução do preconceito e da intolerância religiosa em relação às religiões de matriz africana.** **LUMEN**, Recife, v. 30, n. 2, p. 25-39, jul/dez. 2021.